

## Por entre os caminhos das subjetividades: revisitando o Golpe Militar de 1964

Through the paths of subjectivities:  
Revisiting the 1964 Military Coup

Anthony Fábio Torres Santana  
afabiotorres@hotmail.com

FELDENS, D.G. 2008. *Cartografias da ditadura e suas moralidades: os seres que aprendemos a ser*. Maceió, Edufal, 219 p.

*Cartografias da ditadura e suas moralidades: os seres que aprendemos a ser* corresponde a um projeto desafiador e, ao mesmo tempo, inovador. Desafiador por se tratar da análise de um espaço e de um tempo da nossa história que ainda hoje agem de maneira veemente sobre as mentes das pessoas que viveram esse período, e inovador pela perspectiva do estudo e pela própria essência do texto.

A obra está dividida em três partes. Na primeira, intitulada *O Pretexto*, a autora discorre sobre algumas das principais ideias que irão, de forma contundente, habitar o desenvolvimento da composição da obra. Nessa parte do texto, revelam-se as inquietações que fizeram a autora optar por essa temática, situando o leitor sobre o viés que pretende estudar o “Golpe Militar de 1964”, além de assinalar os processos de “subjetividades” gerados pelo estado ditador. Considero esse aspecto interessante e ainda pouco estudado. Dinamara, então, revela todo o contexto em que foi tecido o seu estudo, os sentimentos que permearam todo o processo de composição da sua pesquisa, levando o leitor a vivenciar a época estudada. Dessa forma, a autora constrói, por meio do livre fluxo do pensamento e das ações dos conceitos, um respaldável campo teórico-conceitual que torna ainda mais clara a ideia por ela desenvolvida. Assim, vivemos “as

subjetividades ditadoras” pelos discursos e relatos das professoras informantes, à medida que nos envolvemos com a transitoriedade dos pensamentos presentes nos conceitos utilizados pela autora que nos mostra uma “Ditadura Militar” até então não presente nos livros de história, com uma escrita acessível, porém nada superficial. De forma competente, Dinamara nos introduz no universo teórico-conceitual, oferecendo um estudo maduro acerca da análise e compreensão de conceitos como “subjetividade”, “poder”, “biopoder” e “moral”, com autores como Deleuze, Guattari, Nietzsche e Foucault. A obra nos leva a entender os elementos que agiam nas subjetividades que foram constituídas durante o período do Golpe Militar de 1964. Estas subjetividades do Golpe assim se manifestam, conforme Feldens (2008, p. 34):

As subjetividades que o golpe produz são subjetividades que se submetem, que se disciplinam, que se enquadram. São subjetividades que ora se encontram em estado de ditadura e ora são ditaduras. Por vezes constroem suas linhas de fuga, mas umas nas outras, em composição.

Na segunda parte, denominada *O Contexto*, a autora nos leva inicialmente a refletir sobre a ideia de “sujeitos”: “sujeitos” de uma história que nos instiga a negar o que realmente somos e, a partir dessa lógica, fazemo-nos,

constituímo-nos, classificamo-nos, julgamos, excluímos, matamos e morremos dando validade ao “regime ditador”, que tem suas bases fixadas na construção de uma “moral” não condizente com a acepção da palavra que lhe denomina.

Ao estarmos dentro de uma história, é que estamos sujeitos desta história. Cada tempo e cada espaço cria seus sujeitos. Construção, cuspe, saliva viva, cria, filhote uterino, grito e gemido de cada instante e de seus movimentos – o sujeito é esta breve e definitiva criação material. Político, social e moral, o sujeito é a identidade sedentária, o destino escrito, a língua significada. O sujeito é uma marca, um timbre, um dispositivo de poder (Feldens, 2008, p. 38).

A autora propõe deslocamentos, experimentações e nos atenta para a importância de “tornarmos”, ao invés de “sermos”, pois a ideia de “ser” captura a potência do movimento da vida e tira de nós as possibilidades que habitam as nossas pluralidades.

Ainda nessa parte da obra, *O Contexto*, temos a concepção da “geografia” que compôs a “moralidade” social brasileira, onde a autora nos leva a compreender o desenvolvimento da consolidação do Brasil enquanto nação e os “sujeitos” que agiram e formaram tantos outros, desde o período da nossa colonização. A partir da cartografia do nosso processo de civilização, percebemos o quanto nos foi posta a impossibilidade de pensarmos “o outro”, ao raciocinarmos baseados apenas em “valores” segmentados por uma lógica binária de desqualificação de algo ou alguém para a nossa autoafirmação. Todas essas ações consolidam as bases “do estado moderno”, que usa a violência como forma civilizatória, que cria a “lei” para coibir a existência do “diferente”, que captura, que dita palavras de ordem e que se sustenta em “verdades” criadas por ele mesmo.

Nós estamos sendo paridos nesta moral, nascidos neste registro, fadados a seguir suas ordens. Estamos passando a existir, de súbito, nesta condição de existência, como aqueles a quem resta obedecer a esta suposta superioridade e que em sua lógica binária sobra, resta, resulta em sua também suposta inferioridade. O quanto isto nos acompanha, nos efetua e nos torna sujeitos, o quanto isso nos faz sermos estes seres que obedece, que eleva a lei do colonizador ao nível de ordem executável e inquestionável, até que ponto esse nascimento é nosso óbito? (Feldens, 2008, p. 46).

Seguindo essa linha de pensamento, a autora mostra que, mesmo antes de nascermos, somos afetados e tomados como “reféns” por esses “mecanismos”, por essas “materialidades”, por esses “signos” pertencentes ao “estado moderno”. E estes criam nos indivíduos

“linhas de subjetividades ditatoriais” e vão, ao passo do seu desenvolvimento, burocratizando, segmentando as pessoas, consolidando os “estados de ditaduras em nós”, e nos matando mesmo antes de nascermos. O fato é que incorporamos a missão de arrebanhar os outros, assim como nos arrebanhamos. Deste modo, tornam-se mais fáceis as ações do “estado” que procria em nós as ditaduras culposas, ligadas aos domínios da moral, da riqueza e da salvação perante a propagação da ideia cristã.

O estado moderno produz suas binaridades, na perspectiva de justificar suas próprias ações, e usa a “verdade” como fabricação e veiculação da “moral”. Ele exerce um poder específico sobre a “vida”, por intermédio dos seus “signos” e das “subjetividades” que marcam os “indivíduos.” O “estado ditador” vai atuar sobre a “vida”, que vai ser o objeto de efetivação dos seus “poderes” e “saberes”, por meio do aprisionamento dos corpos e das populações, em que a “verdade” atua matando as “diferenças”.

Segundo a autora, o conjunto de dispositivos que asseguram a propriedade sobre a vida e o direito à morte num estado soberano é o que Foucault conceitua de biopoder:

[...] O efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar. [...] é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida. É essencialmente um direito de espada (Feldens, 2008, p. 69).

Essa efetivação se dá por meio de capturas: capturam-se os “foras”, os “entres”, ou seja, captura-se o lugar de potencialização das ações da vida, em que as experimentações acontecem, não permitindo que elas existam. Desse modo, o homem ocidental é moldado a partir das realidades produzidas pelas ações das leis. Assim, o “sujeito” é legalmente enquadrado, cadastrado, segundo as “normas” que servem como dispositivos de concretização do poder. O homem moderno é “mono”, “uno”; ele vive em “monos estados”, sendo suprido por “monosmorais”, “monosverdades”, se tornando um “ser” sem possibilidades.

A modernidade nos impõe ainda a crença em um único Deus, “o monoteísmo”, que primeiro vende a ideia da “morte” para depois se alcançar a “vida”. Esse mesmo “estado ocidental” agirá ainda mais com prepotência, ao consolidar a sua “ciência” institucionalizada, dura, que buscará incessantemente a “verdade”, a qual é inexistente.

O texto nos põe em alerta ao fazer tais denúncias e nos mostra que sempre há a fuga de algo perante as estruturas do “estado”, pois a “vida” pulsa o tempo inteiro.

A captura é inevitavelmente imprecisa, sabotável, sempre algo foge ao seu alcance: sempre uma velocidade com a qual não se contava, um raminho que não foi podado, um desvio, uma curvatura, uma lentidão turbilhonar. [...] Podemos morrer em alguns instantes e algumas palavras, em algumas leis e algumas normas em capturas, sempre a nos acimentar e nós a fazer tremer (Feldens, 2008, p. 81).

É importante que possamos entender que, a todo o instante, somos habitados por diferentes linhas que nos cruzam e pelas subjetividades que estas linhas estão a produzir. A partir dos referenciais teóricos e das falas das professoras informantes de seu estudo, a autora compõe estas linhas e as chama de “subjetividades ditadoras”.

[...] São uma combinação específica entre a moral ocidental cristã, uma certa racionalidade científica, nossa obediência estruturante, nossos regimes legais, suas verdades e o capitalismo internacionalista do século XIX; os fascismos de Estado das décadas de 40 e 50, seu desembocar na Guerra Fria, a onda moralista que toma como slogan a família, a propriedade privada e a tradição – estas misturas, estes encontros produzem o que estou chamando de subjetividades ditadoras. São as subjetividades que dão suporte ao golpe militar. Porque estão sendo gestadas e gestantes da possibilidade da captura, da possibilidade de fascitizar a própria vida. As falas das professoras denunciam a todo o instante as ditaduras entevadas na subjetividade de cada uma (Feldens, 2008, p. 82-83).

Essas subjetividades produziram a “Ditadura” e possibilitaram tal ação social, por meio dos materialismos e signos do “estado” como o “medo”, “a acomodação”, “o temor à moral”. São estas as linhas que a autora chama de “linhas em estado de Ditadura”. Ao cartografar a “Ditadura Militar” do Brasil, a partir da análise do desenvolvimento de nossas histórias e de nossas subjetividades, a autora nos revela o surgimento de linhas que rompem o “estado de dormência”, o qual interessava ao “estado ditador”. Essas linhas se caracterizavam pela organização de resistências, via arte, a qual tem uma concepção ligada ao ativismo muito relevante nesse contexto, ou seja, essas são ações de subjetividades desviantes, as quais não se acomodaram com todo aquele contexto vigente.

As subjetividades se fixavam de tal forma nas vidas das pessoas que todas aquelas ações ditadoras, apesar de marcar profundamente, não as instigavam a mudar, pois as pessoas, presas às ações e às subjetividades ditadoras, acostumavam-se a tais atos e encontravam na “escola” uma ferramenta de perpetuação do “poder” ditador. O Golpe usou uma metodologia “diversificada”, a qual ia dos porões imundos às delegacias cruéis, passando por salas de aula frequentadas por crianças inocentes.

É nesta medida que o golpe produz subjetividades golpeadas, capturadas, ditaturizadas. Esta é sua trapaça primordial, nos tornamos ainda mais ocidentais. Nos tornamos ainda mais como éramos. E em sua metodologia abrigou prisões, choques elétricos, hinos, livros, cursos técnicos, paus de araras, palavras, cacete, modelos, nacionalismo entreguista, censura, uma escola que prestigiou a sua ordem e o seu modelo de progresso, etc. (Feldens, 2008, p. 125).

Na terceira parte, intitulada *O Texto*, discorre a autora sobre as práticas do “estado ditador”, afirmando que o “estado em Ditadura” elege, por meio das suas “verdades”, a “captura” dos sujeitos, como sua principal ação. Esse é o estado que toma a “vida” como objeto da “Ditadura”, e lança então, a sociedade, diversos mecanismos de subjetivações. É o “estado” que, por meio das suas materialidades, manda calar; e esta ação nada mais é que uma das inúmeras subjetividades que marcaram, e até hoje marcam, a história de vida de inúmeros brasileiros, e porque não dizer, de um país.

Essa ação se mostra clara no trecho abaixo, extraído de um depoimento de uma das professoras informantes, quando se refere às práticas educacionais da época da Ditadura:

O que se pode lembrar, daquela época é que existia uma censura [...] Lembro-me que eu tinha um professor de sociologia [...] Lembro-me que eu tinha um professor de sociologia, o capitão Teles ele era do exército, e mesmo assim ele dizia: ‘tem coisas que eu não concordo, mas que eu não posso expor isso oficialmente’. Ele também era subordinado, era capitão do exército, então, ele não podia expor todas as suas ideias, porque os alunos também perguntavam... eu tinha colegas militares que perguntavam também, muito. Então, simplesmente, deixavam pergunta sem resposta. Diziam que não podiam responder o que realmente era... Bom, o bom censo é que mandava calar (Feldens, 2008, p. 138).

Esse é o depoimento da professora Carla, uma professora dos milhares de professores que calaram no Brasil, que entenderam que o melhor, naquele momento, seria o silêncio. Essa ação não estava vinculada ao processo de ensino-aprendizagem que cria, que é potencial. Ações como essas legitimaram o Golpe no Brasil.

Do mesmo modo que encontramos relatos como esse, e podemos comprovar tais ações, também nos sentimos aliviados com aqueles que tendo a sua consciência tranquila, por saberem da importância da realização do seu trabalho, mandam o “estado” respeitá-las: “[...] eu lamento muito por esta carta, mas o senhor me respeite, governador, que eu sou uma professora!” (Feldens, 2008, p. 152). Este é o relato da professora Anita, ao encontrar com o governador que a acusava de ser comunista. Então podemos visualizar os processos de fugas, diferentes daqueles analisados anteriormente. Processos como esses,

de modo mais amplo, nos libertaram do “estado ditador”.

O texto nos mostra o quanto o “estado” se organiza e faz com que os seus processos de burocratização funcionem muito bem. Nas escolas tudo chegava pronto em caixas lacradas: os livros, as provas, os gabaritos, ou seja, a sentença de morte estava decretada. Era o período da implantação do modelo “tecnicista”: a subjetivação funcionou bem, tiravam-se as pessoas da prática do pensar, do desenvolvimento do senso crítico, e as lançavam às práticas de aprendizagem repetitivas, criando-se profissionais com baixa qualificação para darem continuidade às perspectivas capitalistas dos Estados Unidos, por meio dos acordos e das barganhas estatais.

Esse é o contexto que gerou professores que, como nos revela a autora, doavam-se até doer. Todo esse processo ditador contribuiu para a propagação da ideia do sacerdócio ligado à prática da docência. Então tínhamos professoras, que, tomadas por uma “moral” imposta, assumiam papéis que não mais lhe cabiam. As professoras eram como uma extensão da ideia materna e cuidavam não só do ensino dos seus alunos, mas também da sua higiene, do seu comportamento extraescolar, das suas práticas religiosas,

dando continuidade aos microfascismos existentes no estado ditador. Essas ações eram muito intensas e se revelam assim, nas palavras de Mirna, que se mostra institucionalizada pela ação do estado ditador: “[...] Eles valorizavam o que era mesmo educar, que não tem nada a ver com a liberdade que é libertinagem que tem hoje [...]” (Feldens, 2008, p. 189). Percebemos, então, que não só as professoras informantes discursam sobre o período da Ditadura no Brasil, mas também as subjetividades que as compõem. Estas, produzidas num determinado tempo e espaço, deixam transparecer nos seus relatos, saberes e valores pertencentes ao estado ditador, mostrando a efetivação dos universalismos produzidos por esse mesmo estado.

A partir da análise da obra e dos deslocamentos efetuados por Dinamara Feldens através dos conceitos trabalhados, acredito que esta obra compõe um ótimo referencial para pesquisadores, docentes e discentes, sejam da área da História, da Filosofia, da Sociologia, da Antropologia, ou mesmo de outras áreas, com a finalidade de adentrar na discussão em torno do Golpe Militar de 1964 sob uma diferente ótica: a dos processos de subjetividade, via filosofia da diferença.